

VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO E A PROSPERIDADE DAS EMPRESAS

Antônio Lopes de Sá

É da natureza do capital a variação, como efeito da transformação constante do patrimônio. Todavia, quando o capital próprio sofre uma redução é preciso identificar a causa de tal efeito, pois, pode estar em curso um processo de definhamento da riqueza, este que se confirma pela constância da redução do valor efetivo do capital. Quer a prosperidade, quer o definhamento, são aspectos de importância que a doutrina contábil não pode deixar de seriamente observar tendo em vista a relevância do fato para a continuidade dos empreendimentos.

PROSPERIDADE E DEFINHAMENTO

Quando a empresa tem uma constante eficácia plena, quando a defluência de tal fato é também a dilatação permanente do capital próprio, pode-se afirmar que o estado da referida célula social é o de **prosperidade plena**.

Ou seja, se existe um aumento dos recursos próprios que se opera sempre e se esse é capitalizado dizemos que um empreendimento é próspero.

Em termos científicos da Contabilidade, segundo a doutrina neopatrimonialista, pode-se, em relação a essa realidade enunciar a proposição lógica seguinte:

A constante ocorrência de eficácia plena dos sistemas de funções patrimoniais (EaP) promove a prosperidade plena (PsP).

Ou ainda, em dialética matemática:

$$(EaP \rightarrow \infty) \Rightarrow PsP$$

Obviamente, o entendimento de tal verdade demanda também o de um conjunto de conceitos.

Os teoremas são sempre agregados de conceitos, como estes o são de razões defluentes de percepções de acontecimentos.

No caso, *eficácia plena é aquela que ocorre em todos os sistemas de funções patrimoniais.*

Eficácia é a satisfação da necessidade.

Sistema de funções patrimoniais é o agregado que tem por elementos os meios patrimoniais e as necessidades específicas que tem por finalidade satisfazer, como as de liquidez, resultabilidade, estabilidade, economicidade, produtividade, invulnerabilidade, elasticidade e socialidade.

Finalidade do sistema é a *eficácia*.

Se todos os sistemas de funções estão satisfazendo a todas as necessidades patrimoniais há, então, uma eficácia plena.

Se isto ocorre sempre, existe *prosperidade*.

De forma oposta, o que advém é o *definhamento*.

Ou seja:

A constante ocorrência de ineficácia plena dos sistemas de funções patrimoniais promove o definhamento da célula social.

São fenômenos de natureza inversa, pois, aqueles que se derivam do mau funcionamento dos *sistemas patrimoniais, especialmente daqueles básicos.*

Sistemas patrimoniais básicos são os que cumprem as funções de liquidez, resultabilidade, estabilidade e economicidade.

Essa a visão da doutrina neopatrimonialista contábil, de forma ampla, teórica.

Na prática tais entendimentos são guias para a aplicação do raciocínio na análise das situações espelhadas pelos balanços das empresas (cada sistema pode originar um balanço).

Tais entendimentos, de natureza universal, todavia, na realidade podem ser modificados quando se tem apenas a visão de um lucro que sempre ocorre e que faz crescer uma empresa.

Se a visão é apenas a reutilista pode haver uma percepção unilateral, esta que tende até a prevalecer quando a ótica é exclusivamente a pragmática.

Nesse caso, abandonam-se as tendências de ineficácias em outros sistemas, o que tende a destorcer a realidade.

Uma empresa, por exemplo, pode ter lucro e estar comprometendo a sua liquidez, de forma a ter perdas futuras e até desequilíbrios de maior monta.

Também pode ocorrer, mesmo com produção de lucro, o desperdício ou improdutividade, com lesões futuras e efetivas reduções de margens de resultados melhores.

Pode, também, estar fluindo o lucro, mas, com tais margens de riscos que a empresa de um momento para outro pode cair em profundo definhamento.

O conceito, pois, de *eficácia plena*, do neopatrimonialismo, alcança a “todos os sistemas de funções dos meios patrimoniais”, evitando julgamentos parciais, insuficientes para definirem uma prosperidade deveras efetiva e de qualidade abrangente.

Nos tempos atuais o conceito exclusivo de lucro como eficácia empresarial cede lugar, pois, a uma série restrições, requerendo uma visão holística, esta que o neopatrimonialismo oferece como conjunto de teorias.

VARIAÇÃO E CONSTÂNCIA DA EFICÁCIA

A proposição lógica enunciada e relativa ao *definhamento* associa-se à idéia de *variação diminutiva constante do capital próprio*.

Ou seja,

o capital próprio se reduz na medida em que a ineficácia plena se efetiva.

As perdas decorrentes de desequilíbrios entre receitas e custos são os mais sensíveis fatores de evidência nesse fenômeno.

Essa uma das razões principais pelas quais as doutrinas clássicas e mesmo os estudos pragmáticos se limitaram à ótica referida, considerada a maior evidência de tais fenômenos.

O neopatrimonialismo, adotando um método holístico, preferiu não se ater apenas ao elemento quantitativo de redução imediata de valor, mas, também à potencialidade do definhamento, esta que é reconhecível quando as ineficácias de alguns sistemas são prenúncios de perdas emergentes.

Ou seja, mesmo sem evidência maior a ineficácia de um sistema pode agravar toda a situação de uma empresa.

Prevalece, nesse raciocínio a filosofia de Poincaré, da teoria do caos, aquela que defende o princípio de que “pequenas causas podem produzir grandes efeitos”.

Assim, por exemplo, uma perda pode não se encontrar evidenciada, mas em marcha, em decorrência, por exemplo, de uma redução do capital circulante

que irá provocar um aumento em futuros gastos financeiros, esses defluentes de empréstimos onerosos realizados para suprirem as faltas da liquidez.

Não se pode atribuir o conceito de *prospera* a uma empresa que marcha para situações inversas às que em um determinado momento demonstra.

Se a natureza da prosperidade é a de uma constância de eficácia plena, não há como se considerar apenas a de um determinado momento como se pudesse este suprir a da perenidade requerida.

Há que se considerar pois o presente ocorrido e aquele emergente que influirá sobre o que vai ocorrer.

Ou seja, pode haver um lucro em um dado momento, mas, formação de perda em marcha que poderá reverter a situação lucrativa.

Considerado o caráter de constância que se liga ao conceito de prosperidade parece-me ilógico admitir que esta possa existir quando faleça a permanência de eficácia plena.

A variação patrimonial, pois, além do seu momento de evidência quantitativa tem sua realidade ligada inclusive à falta de evidência, quando em marcha se encontram ineficácias de sistemas que tendem a influir sobre a integridade do capital.

TEORIA DO EQUILÍBRIO E VARIAÇÃO DO CAPITAL

A função patrimonial de estabilidade é aquela responsável pela harmônica composição dos elementos da riqueza, segundo a doutrina neopatrimonialista.

Mensurar adequadamente a formação e o uso dos meios patrimoniais é realizar o estudo do equilíbrio dinâmico do capital.

Falamos em *equilíbrio dinâmico* porque embora o conceito de equilíbrio, por natureza, seja a expressão da idéia de uma posição estática, em matéria contábil o que nos cabe estudar é a sucessão de tais estados, ou seja, a dinâmica patrimonial.

Uma das exposições teóricas que muito considero sobre a matéria referida e relativa a influência que pode ter sobre a expressão do capital próprio é a que sabiamente desenvolveu o genial Prof. Jaime Lopes Amorim.

Depois da apresentação de muitos casos práticos (que os tomou como exemplos) esse emérito estudioso procurou estabelecer “verdades tão gerais, absolutas e constantes como as traduzidas pelas leis de qualquer ciência” (página 505 da obra referida na Bibliografia) e que foram as seguintes:

1º - A conversão de um elemento Ativo de um determinado grau de realização noutra de grau inferior

coloca o patrimônio em uma posição de equilíbrio qualitativo pior do que a que ele tinha antes.

2º - A conversão de um elemento Ativo de um determinado grau de realização em outro de grau superior coloca o patrimônio em uma posição de equilíbrio qualitativo melhor do que a que ele tinha antes.

3º - A conversão de um elemento Passivo de um determinado grau de exibibilidade em outro de grau inferior coloca o patrimônio em uma posição de equilíbrio qualitativo melhor do que a que ele tinha antes.

4º - A conversão de um elemento Passivo de um certo grau de exigibilidade em outro de grau superior coloca o patrimônio em uma posição de equilíbrio qualitativo pior do que a que ele tinha antes.

5º - As compras colocam o patrimônio numa posição de equilíbrio qualitativo pior do que a que ele tinha antes, porque aumentam imediatamente o potencial econômico e diminuem imediatamente o potencial financeiro, quando feitas a pronto e imediato pagamento, e mediatamente, quando feitas a crédito.

6º - As vendas colocam o patrimônio numa posição de equilíbrio qualitativamente melhor do que a que ele tinha antes, porque aumentam imediatamente o potencial financeiro, quando feitas a pronto e imediato pagamento, e mediatamente quando feitas a crédito, e diminuem imediatamente o potencial econômico.

7º - O potencial econômico e o potencial financeiro do patrimônio da empresa acomodam-se entre si na razão direta da aceleração do movimento circulatório das suas massas e na inversa dos volumes e importâncias destas.

8º - A satisfação ou pagamento de qualquer elemento passivo provoca uma diminuição imediata do potencial financeiro, e, por conseguinte, coloca imediatamente o patrimônio em uma posição de equilíbrio qualitativo pior do que a que ele tinha antes.

Lopes Amorim observa, todavia, que necessário é uma harmônica combinação entre o regime financeiro e aquele dos resultados.

Em relação ao assunto acrescenta:

“entre estas duas massas patrimoniais terá de haver uma certa relação ou equilíbrio, cujos limites poderão variar em função do tempo ou antes em função do fator velocidade”. (página 507 da obra identificada na Bibliografia).

Tais noções fundamentais, como princípios, apresentados com o caráter de leis contábeis, Lopes Amorim as enuncia de forma bem coerente com as bases que Dumarchey aceitou (obra identificada na Bibliografia) embora com peculiaridades próprias e com autonomia de pensamento.

O neopatrimonialismo concorda com as bases dos eméritos autores em muitas coisas, mas, admite que as referidas como “massas” sejam, em realidade, não duas, mas, “**oito sistemas**” (quatro básicos, dois auxiliares e dois suplementares).

Ou ainda, não são exclusivamente as capacidades de lucrar e a de pagar as exclusivas, havendo outras necessidades a serem satisfeitas através da movimentação do patrimônio.

METODOLOGIAS E CAPITAL PRÓPRIO

A metodologia adotada para estudar o capital próprio variou, no tempo, em relação às escolas e correntes científicas.

Alguns estudiosos deixaram-se influenciar pelos raciocínios aplicáveis em outras ciências, especialmente aquelas que se relacionam estreitamente com a função contábil, tais como as do Direito, Economia, Administração e Matemáticas.

Os seguidores das vocações jurídicas abraçaram, por exemplo, a denominação “Patrimônio Líquido” (que não tem teor deveras contábil) para representar uma “diferença entre os haveres e as obrigações a terceiros”.

Os que se ataram à Economia preferiram falar em “potencial econômico”.

Os que se ligaram mais a Administração entenderam que necessário se fazia considerar o que se ligava aos que dirigiam.

Os simpatizantes da Contabilidade como ciência matemática desenvolveram suas teses fundamentadas em “aumentos” e “reduções”, em fatores “positivos” e “negativos” do patrimônio (vários da escola francesa e no Brasil, com destaque, José Lourenço de Miranda e Álvaro Porto Moitinho).

As correntes deveras contábeis, todavia, como as do patrimonialismo e neopatrimonialismo, adotaram, todavia, uma vocação eminentemente ligada à riqueza, esta acionada por agentes externos, mas, com um comportamento autônomo e específico.

Lopes Amorim foi um patrimonialista por índole e só muito longinquamente (mas, já se tornando intelectualmente independente) ligou-se um pouco a outras metodologias.

É natural a ocorrência de algum ecletismo em períodos de transição evolutiva de um conhecimento, como o foi o do início do século XX.

O estudo da variação do capital próprio, pois, sofreu nas décadas de 20 e 30 do século passado uma influência das mesclas das escolas do personalismo, controlismo, contismo e dos fatores de inovação que eram provenientes da Alemanha (reditualismo e aziendalismo).

Mesmo quando da análise de um capital efetivo, aquele que representa o “aviamento” ou “fundo de comércio” a consideração sobre as variações do capital próprio sujeitaram-se à ótica dos “positivos” e “negativos”.

Assim o emérito mestre Francisco D’Áuria, um dos maiores doutrinadores brasileiros enfocou a questão no fim da década de 40 do século passado (obra identificada na Bibliografia).

AS VARIAÇÕES NO CONCEITO DE D’ÁURIA

A tese do cientista brasileiro Francisco D’Áuria sobre a Variação do Valor Efetivo do Capital na essência tange a mensuração do capital próprio.

Apresentou na Introdução da obra referida (identificada na Bibliografia) as seguintes proposições fundamentais em relação ao tema:

A – O Capital (fundo de negócio), convencionado e aplicado em valor certo e definido, sofre, sucessivamente, variações qualitativas e monetárias que o transformam em novo valor efetivo;

B – O capital constituído C_c é atingido por fatores positivos F_p e fatores negativos F_n , resultando o capital C_e em qualquer instante;

C – A fórmula do capital efetivo é, portanto:

$$C_e = C_c + F_p - F_n$$

Donde as hipóteses:

$$\begin{aligned} &> \\ C_e &< C_c \\ &= \end{aligned}$$

De tais Proposições o ilustre cientista apresentou os seguintes corolários:

A – Primeira causa de variação do capital é o seu destino a operações aleatórias;

B – As inversões correspondentes à soma do capital geram possibilidades de variação do valor efetivo;

C – Os valores de um patrimônio, em que o capital é representação ideal, variam em função do tempo, da moeda e do crédito;

D – O uso dos bens patrimoniais concorre à variação de valor destes, e, conseqüentemente, do capital inicial de que os bens se originam;

E – Os resultados dos negócios econômico-administrativos se refletem nos componentes do patrimônio e, em última análise, no valor efetivo do capital;

F – Fatores naturais e sociais influem na estabilidade dos valores patrimoniais;

G – Causas psicológicas atuam na variação dos valores patrimoniais.

O tema da variação e do equilíbrio dos capitais, na época, estava em efervescência e um trabalho do professor Amaduzzi, editado na Itália, confirmou as teses de D´Auria, quanto à essência da matéria (obra identificada na Bibliografia, editada em 1950).

Muitos anos depois o emérito professor italiano, em 1969 (obra identificada na Bibliografia), de forma bem mais detalhada, voltou ao tema para uma vez mais confirmar as bases enunciadas pelo mestre brasileiro.

A ESSÊNCIA DA VISÃO NEOPATRIMONIALISTA SOBRE A VARIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

Muitos foram os autores que de forma competente abordaram o tema da variação do capital próprio, mas, foi o neopatrimonialismo que apresentou uma disciplina lógica para de forma holística orientar a análise das variações, a partir dos teoremas da prosperidade.

Admite que essencialmente a questão não se situa em aumento ou diminuição quantitativa do capital, mas, na variação que atinge a eficácia em face da qualidade das necessidades a serem supridas, mesmo que estas não estejam mensuradas em valores de evidência expressa.

Ou seja, o que importa é a utilidade da riqueza em face do tempo, do local onde se situa, das circunstâncias que sobre a mesma atuam.

Assim, o definhamento pode operar-se mesmo sob a proteção de um capital que cresceu, mas que aumentando em valor por outro lado foi perdendo a capacidade gradativamente, desviando-se do objetivo de satisfação das necessidades.

Evidencia a Teoria da Prosperidade, no neopatrimonialismo, que não basta lucrar (resultabilidade) e ter capacidade de pagar (liquidez), necessário sendo sobreviver no tempo mantendo a vitalidade (economicidade), cuidar do equilíbrio dinâmico (estabilidade), resguardar-se contra o antidesperdício (produtividade), proteger-se contra o risco (invulnerabilidade), dimensionar-se de forma adequada (elasticidade) e cumprir as funções de apoio aos próprios agentes de transformação da riqueza (socialidade).

Como são muitas as finalidades a serem perseguidas pela riqueza patrimonial, só a eficácia plena de todos os sistemas de funções patrimoniais é competente para assegurar uma prosperidade também plena.

BIBLIOGRAFIA

AMADUZZI, Aldo - Il sistema dell'impresse nelle condizioni prospettiche del suo equilibrio, 2a. edição, editor Angelo Signorelli, Roma, 1950

AMADUZZI, Aldo - Indagini sull'efficienza, teoria dell'equilibrio nella dinamica aziendale, pianificazione integrale d'azienda, editor Colombo Corsi, Pisa, 1966

AMORIM, Jaime Lopes – Lições de Contabilidade Geral, edição da Empresa Industrial Gráfica do Porto, Porto, 1929

BIGNAMI, Antonietta Amália - L'impresa e il suo equilibrio nei cicli economici, ed. EUB, Milão 1979

CAÑIBANO, Leandro - Teoria Actual de la Contabilidad , técnicas analíticas y problemas metodológicos, 2ª. edição ICAC, Madrid 1997

CORTICELLI, Renzo - La crescita dell'azienda, edição Giuffré, Milão, 1979

D'AURIA , Francisco – Variação do valor efetivo do capital , edição Universidade de São Paulo, São Paulo, 1949

DUMARCHEY, J. - Théorie Positive de la Comptabilité, 2ª. edição, impressora Monloup-Robert, Lyon, 1933

GIROLAMI, C. - L'analyse et de l'optimisation du fonds de roulement, edição Les Éditions d'Organisation , Paris, 1968

KOLIVER, Olivio - As mudanças estruturais nas entidades e o comportamento dos custos, em revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Outubro de 1998

PADRONI, Giovanni - Struttura organizzativa e condizioni di economicità - edição Giuffré, Milão, 1979

RIERA, Angelo - La dinamica delle riserve nell'economia aziendale, edição Giuffré, Milão, 1952